

## **A Cartilha da Cidade: a extensão como meio de alfabetização urbanística e ressignificação do privilegiado campo do conhecimento arquitetônico e urbanístico**

*A Cartilha da Cidade: extension as a means of urban literacy and resignification of the privileged field of architectural and urban knowledge*

*A Cartilha da Cidade: la extensión como medio de alfabetización urbanística y resignificación del privilegiado campo del conocimiento arquitectónico y urbanístico*

**BUZZAR, Miguel Antônio**

*Professor Associado no IAU-USP, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,  
mbuzzar@sc.usp.br*

**BERGANTIN, Rachel**

*Mestranda, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,  
rachel.bergantin@usp.br*

**NEDEL, Miranda Zamberlan**

*Mestranda, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,  
miranda.nedel@usp.br*

### **RESUMO**

O trabalho discute as atividades, experiências e metodologias do grupo de pesquisa e extensão Cartilha da Cidade, a partir da conceituação de alfabetização urbanística, pensada e voltada à população em geral, contrapondo-se à noção do conhecimento urbano como restrito a especialistas. Face à realidade do desenvolvimento do campo de conhecimento da arquitetura e do urbanismo, pensado como locus erudito de domínio, propõe-se atividades que vinculam mutuamente pesquisa, extensão e ensino como possibilidades de formação cidadã e desenvolvimento da função social da arquitetura e do urbanismo. Busca-se desenvolver a acessibilidade a conhecimentos urbanísticos, assim como visibilizar problemáticas urbanas, derivadas de interesses e poderes territorializados na cidade, por meio de oficinas que incluem a dinâmica de jogos que convidam à participação e à construção colaborativa do conhecimento urbanístico. O desenvolvimento de metodologia de extensão fomenta o debate acerca do papel da educação na reprodução das contradições sociais e submissão à ideologia dominante, postulando justamente o oposto, uma possibilidade de formação em sentido amplo, político social, que de fato contribua à ação crítica, ativa e cidadã. Trata-se, de tornar visíveis as contradições, interesses e relações urbanas, visando que se vislumbre, possibilidades de emancipação pela formação cidadã.

# ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



**PALAVRAS-CHAVES:** alfabetização urbanística, extensão em arquitetura e urbanismo, formação cidadã, dimensão social da arquitetura e do urbanismo.

## ABSTRACT

The paper discusses the activities, experiences and methodologies of the research and extension group Cartilha da Cidade, from the conceptualization of urban literacy is thought and directed to the general population, opposing to the notion of urban knowledge as a restricted to specialists. Given the reality of the development of architecture and urbanism field of knowledge, thought as a scholarly locus, activities that mutually link research, extension and teaching as citizen training and development of architecture and urbanism social function possibilities are proposed. It seeks to develop accessibility to urban knowledge, as well as to make urban problems derived from territorial interests and powers in the city visible, through workshops that include the dynamics of games that invite participation and the collaborative construction of urban knowledge. The development of an extension methodology stimulates the debate about the role of education in the reproduction of social contradictions and submission to the dominant ideology, postulating precisely the opposite, a possibility of formation in a broad sense, social political, that in fact contributes to the critical action, active and citizen-like. It is a question of making the contradictions, interests and urban relations visible, in order to see possibilities of emancipation for the citizen formation.

**KEY WORDS:** urban literacy, extension in architecture and urbanism, citizenship formation, social dimension of architecture and urbanism

## RESUMEN

El trabajo discute las actividades, experiencias y metodologías del grupo de investigación y extensión Cartilha da Cidade, a partir de la conceptualización de alfabetización urbanística, pensada y volcada a la población en general, contraponiendo a la noción del conocimiento urbano como restringido a especialistas. A la realidad del desarrollo del campo de conocimiento de la arquitectura y del urbanismo, pensado como locus erudito de dominio, se proponen actividades que vinculan mutuamente investigación, extensión y enseñanza como posibilidades de formación ciudadana y desarrollo de la función social de la arquitectura y del urbanismo. Se busca desarrollar la accesibilidad a conocimientos urbanísticos, así como visibilizar problemáticas urbanas, derivadas de intereses y poderes territorializados en la ciudad, por medio de talleres que incluyen la dinámica de juegos que invitan a la participación ya la construcción colaborativa del conocimiento urbanístico. El desarrollo de metodología de extensión fomenta el debate acerca del papel de la educación en la reproducción de las contradicciones sociales y sumisión a la ideología dominante, postulando justamente lo opuesto, una posibilidad de formación en sentido amplio, político social, que de hecho contribuya a la acción crítica, activa y ciudadana. Se trata, de hacer visibles las contradicciones, intereses y relaciones urbanas, visando que se vislumbre, posibilidades de emancipación por la formación ciudadana.

**PALABRAS CLAVE:** alfabetización urbanística, extensión en arquitectura y urbanismo, formación ciudadana, dimensión social de la arquitectura y del urbanismo.



**PROJETAR**  
GRUPO DE PESQUISA EM  
PROJETO DE ARQUITETURA  
E PERCEÇÃO DO  
AMBIENTE



## 1 A FORMAÇÃO URBANÍSTICA: MÉTIER DE PRIVILEGIADOS EMBORA TERRITÓRIO DE TODOS

O estudo e a compreensão das temáticas arquitetônicas e urbanísticas constituem um território de conhecimento erudito, em certo sentido, de privilegiados. Privilegiados pelo acesso a um conhecimento que deveria ser de domínio comum, porque as questões urbanas integram o cotidiano da população, embora raramente percebidas de forma consciente ou racionalizada. As interpretações acerca das condições materiais e socioculturais das vivências nos territórios urbanos mantêm-se, em geral, restrita aos que ingressam no ensino superior em cursos relativos ao urbano, escancarando a origem social destes, nos quais o repertório cultural explicita as desigualdades reais de acesso, formação e exercício de atividades dentro desse campo disciplinar.

Bourdieu e Passeron ([1964]/2018) explicitam as dimensões sociais das desigualdades culturais, questionando as instituições de ensino enquanto reprodutoras de desigualdades sociais, como as instituições de ensino superior, porém não somente: “Sem dúvida, no nível do ensino superior, a desigualdade inicial das diversas camadas sociais diante da escola aparece primeiramente no fato de serem desigualmente representadas.” (BOURDIEU; PASSERON,[1964]/2018, p. 16). A desigualdade social ativa o privilégio social, que se manifesta a medida em que os objetivos da educação são travestidos de finalidades estritamente econômicas, passando da possibilidade de formação em sentido mais amplo para uma determinada especialização técnica/profissional.

Tomar a escola enquanto espaço de atuação de arquitetos e urbanistas nesta frente de formação pressupõe algumas considerações relativas ao papel da escola enquanto instituição reprodutora de desigualdades sócio culturais e da ideologia dominante, como bem explorado por Louis Althusser ao conceituar a instituição escolar enquanto um aparelho ideológico de Estado que reproduz em seu seio institucional “(...) a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da ‘prática’ desta”. (ALTHUSSER, [1970]/1980, p. 21, 22). Mesmo reconhecendo as dimensões contraditórias de uma atuação que busca desenvolver a cidadania no quadro de uma instituição que não a almeja, propõe-se que os arquitetos e urbanistas, atuem desmistificando parte de seu campo disciplinar e as territorializações de poder e conflitos na cidade, tendo como um dos *locus* possíveis para fazê-lo justamente os espaços escolares, tendo em vista que para as classes menos favorecidas a escola ainda é uma das únicas formas de acesso à cultura (BOURDIEU; PASSERON,[1964]/2018).

À possibilidade de conhecimento urbanístico supõe uma dimensão democratizante do ensino, implicando na visibilização das relações de poder presentes na cidade. A submissão naturalizada é



ensionada com a visibilização das contradições, que não é suficiente, mas fomentar espaços nas instituições escolares para desenvolver atividades que discutam a cidade e a sua produção social, é apostar na ressignificação dos repertórios tradicionalmente associados à ideologia dominante, potencialmente subvertendo-os e remetendo-os a um campo de disputa, via de regra, inexistente porque os mesmos repertórios estão submetidos à reprodução de tal ideologia.

O projeto de extensão Cartilha da Cidade baseia-se no termo “alfabetização urbanística” como mote das atividades a serem desenvolvidos com alunos, pesquisadores e professores de creches, escolas e Universidades públicas. Crê-se na urgência em tomar a arquitetura e urbanismo como tema de ensino, desde a educação infantil, territorializando o ensino a partir da discussão das problemáticas do espaço urbano. Busca-se, tendo como referência uma educação libertadora e não alienada, conforme Paulo Freire, substituir a “(...) inexperiência de participação e ingerência” da população “(...) pela participação crítica, uma forma de sabedoria. Participação em termos críticos, somente como poderia ser possível a sua transformação em povo, capaz de optar e decidir” (FREIRE, 1967, p.102).

Nesse sentido, o território de ação e reflexão dos “especialistas em cidade” é, também, o espaço urbano no qual as pessoas vivem cotidianamente, e do qual são interdidas de pensarem e atuarem. Assim, se alfabetização não se limita a ensinar a ler e escrever, a alfabetização urbanística, por sua vez, potencializa a formação crítica e a interação dos alunos com a sociedade de forma ativa, vislumbrando a possibilidade de atuarem no espaço social, ou seja, na cidade. A construção de espaços de diálogo e de participação crítica corrobora, portanto, a possibilidade de formação urbana e cidadã.

## 2 A EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ

Segundo o Artigo 205 do Capítulo III “ Da Educação, da Cultura e do Desporto” da Seção I “Da Educação” da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988). A educação no seu conjunto tem um desenvolvimento muito baixo no país, e pior, o preparo para o exercício da cidadania possui uma dimensão secundarizada na educação, o que em parte é devido à uma sujeição da educação formal à ideologia dominante, a qual legitima toda sorte de desigualdades econômicas e sócio espaciais, educação esta que se encontra, nas últimas décadas, crescentemente associada à uma



concepção neoliberal de educação, para a qual interessa sobremaneira o adestramento para o trabalho.

O projeto almeja a constituição da “firmeza do eu” (ADORNO, 1969, p.180) político, revelando o caráter de como a ideologia dominante, por exemplo, justifica os processos de segregação sócio espacial em nome do desenvolvimento urbano.

O entendimento da cidade como um campo de disputa social, remete a luta por direitos e benefícios urbanos, entendidos como o direito à cidade, referenciado na conceituação proposta por Henri Lefebvre (1968) enquanto “lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens” (LEFEBVRE, [1968]/2011, p. 108) a fim de explicitar que uma etapa primeira à concretização do direito à cidade é de fato a formação crítica a respeito da cidade e de suas relações sociais territorializadas.

### 3 ALFABETIZAÇÃO URBANÍSTICA

O analfabetismo urbanístico é um conceito que tem sido muito discutido pela arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, que atesta a necessidade de combatê-lo: “É necessário que a gente compreenda, entenda, o que é a luta cotidiana pela cidade, pelo direito à cidade. (...) A luta do operário não é apenas por condições de trabalho e salário, é também por condições de vida urbana” (MARICATO, 2016).

O conhecimento crítico das temáticas urbanas pressupõe que a formação relativa aos mesmos contribua à ação ativa da população, em prol de seus interesses, junto aos agentes urbanos responsáveis. Credita-se ao conhecimento das situações, contradições, poderes e interesses presentes na cidade a possibilidade de melhor agir de forma qualificada em relação aos problemas urbanos. Sem pretender criar uma fórmula “mágica”, o meio aqui proposto, que evidentemente, necessita que outras ações existam e se complementem, prevê que através da participação ativa, estimulada com oficinas e jogos, possa-se estabelecer debates e aproximar a população das possibilidades de atuação popular nos processos político-urbanos. Esses são os objetivos que animam o Projeto Cartilha da Cidade.

## A Construção de uma Metodologia de Extensão

A Cartilha da Cidade é um Projeto de Pesquisa e Extensão desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa ARQUITEC do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, em São Carlos<sup>1</sup>. Inicialmente, o projeto se caracterizou pela pesquisa e produção de material didático, que resultou em uma publicação ilustrada de temáticas urbanas: transporte público, mobiliário urbano, energia, iluminação pública, vegetação urbana, resíduos sólidos, água, drenagem e os impactos ambientais. Como um projeto de extensão que visa conectar a universidade à comunidade, os integrantes do projeto iniciaram uma série de oficinas e debates, com o objetivo de levar o conteúdo do primeiro volume da publicação às escolas da rede pública de ensino da cidade em que atuavam, tendo sido realizadas inicialmente dois conjuntos de oficinas em duas escolas públicas utilizando-se de percursos, discussões e atividades de desenho.

A partir das experiências já realizadas e buscando incitar uma participação mais ativa dos alunos, desenvolveu-se o jogo Agentes Urbanos - Cidades Participativas, tendo como referência o jogo “Paz Mundial” criado pelo Prof. norte-americano John Hunter. Os alunos são, no jogo desenvolvido, subdivididos em grupos de agentes urbanos (Movimentos sociais, os Empreendedores imobiliários, a Prefeitura, as Secretarias, ONGs e o Ministério Público, entre outros) e instigados a buscar soluções para problemas urbanos reais, de uma cidade imaginária representada em uma grande maquete, com o objetivo de territorializar as problemáticas levantadas. O jogo foi desenvolvido, inicialmente, com alunos do Ensino Médio no Colégio CAASO e com alunos do Ensino Fundamental I da Escola Estadual Antonio Adolfo Lobbe, ambos em São Carlos (Figura 2). A ampla participação dos alunos e sua grande interação com a maquete reiterou o caráter instigador do jogo através desta espécie de “tabuleiro” do jogo urbano.

---

<sup>1</sup> A concepção inicial surgiu em 1990 e teve início em 2012, originalmente intitulado Manual de Uso das Cidades, através de um projeto integrado à rede FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – e coordenado pelo Prof. Dr. Miguel Antônio Buzzar. Posteriormente, contou com recursos e bolsistas do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, campus de São Carlos.



Figura 1: Oficina do jogo para alunos do Ensino Médio



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, 2018.

Figura 2: Oficina do jogo para alunos do Ensino Fundamental I



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, 2018.

Um terceiro modelo de oficina foi realizado em Salvador, no V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (V ENANPARQ), com alunos de graduação e pós-graduação, em sua maioria do curso de arquitetura e urbanismo. (Figura 3). Para a oficina, foram apresentadas três situações-problema simultâneas, a fim de aproximar-se da complexidade e concomitância com que as problemáticas urbanas de fato ocorrem na cidade, assim como foram inseridas cartas individuais denominadas “conduta”, que instruíam os participantes a agirem de acordo com interesses não necessariamente condizentes com os do agente representado, a fim de colocar em



questão as condutas éticas dos agentes urbanos. A questão do "valor da terra" passou a ser discutida por meio dos distintos valores monetários atribuídos aos terrenos desocupados e os instrumentos urbanos e legislações específicas ao campo do planejamento urbano (definidas sobretudo por meio do Estatuto da Cidade) foram discutidos por meio de Cartas de Ação, que poderiam ser negociadas entre Prefeitura, Empreendedores e demais agentes urbanos envolvidos.

Figura 3: Oficina do jogo para Ensino Superior.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, 2018.

O quarto modelo de oficina foi aplicado na creche da Universidade de São Paulo, em São Carlos, com crianças de cinco anos. A oficina foi adaptada com música, cartas de associação situações urbanas-sentimentos, uma maquete (em escala urbana reduzida, com blocos coloridos de edifícios, árvores, quadras de tecido, faixas de pedestre, todas as peças soltas produzidas em isopor e tecidos) (Figura 4) e desenhos. Já em 2019 o grupo desenvolveu na mesma creche um conjunto de oficinas que aconteceram ao longo do semestre e que trabalharam de forma lúdica a temática “A cidade por aproximação”, perpassando as calçadas, as ruas, esquinas, as quadras, ampliando semanalmente a escala de percepção da cidade através de desenhos, percursos, debates, fotografias, livros, quadros de palavras e mapas (Figura 5).

Figura 4: Oficina do jogo para alunos de creche.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, 2018.

Figura 5: Atividade integrante de um conjunto de oficinas desenvolvidas com alunos de creche.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, 2019.

As oficinas também foram aplicadas em outros eventos como no 6º Seminário Docomomo SP, em São Carlos, e na Oficina e Ateliê: Cartilha da Cidade, para a divulgação e integração de novos participantes

(Figura 6). Com base no retorno obtido nestas atividades, o Grupo concluiu que seria apropriado a subdivisão do jogo em faixas etárias, levando em consideração as especificidades de cada público, resultando em cinco kits de oficinas: o primeiro kit para alunos até o primeiro ano do ensino fundamental, o segundo para alunos até o quinto ano, o terceiro para alunos até o nono ano, o quarto kit para alunos do ensino médio e população em geral e, por fim, um kit para alunos da graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Ainda em formulação, os kits serão disponibilizados no site do Projeto, a fim de que possam ser acessados e realizados por todos interessados.

Figura 6: Oficina do projeto para integrar novos participantes e interessados.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, 2019.

O grupo participante do referido projeto também esteve presente no dia 15 de maio de 2019 na Praça do Mercado Municipal de São Carlos, ocasião na qual foi possível conversar com os que trabalhavam ou estavam de passagem por tal região central (Figura 7). Por meio de conversas e dinâmicas reforçou-se a importância do referido projeto assim como a necessidade de que este se amplie, tendo como uma das frentes a formação de professores, a fim de que o projeto possa ser utilizado como instrumento de ensino urbanístico em diversas escolas.

Figura 7: Oficina do projeto em Praça Pública da cidade de São Carlos



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, 2019.

#### 4 CONCLUSÃO: A ALFABETIZAÇÃO URBANÍSTICA COMO DIMENSÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA ARQUITETURA

O grupo conta atualmente com 18 participantes (um professor coordenador, 9 alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, uma aluna de graduação em Eng. Ambiental, 5 alunos de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, uma ex-aluna da instituição, uma professora ex-aluna da instituição), além de 6 antigos participantes e de ser integrado por pesquisadores de outra instituição de ensino (que criaram a partir do Projeto um grupo de mesma temática em sua unidade de ensino). A experiência do grupo não deseja se encerrar no âmbito local. A partir do desenvolvimento dos kits de oficinas e jogos, que serão disponibilizados, almeja-se constituir uma rede de pesquisadores, professores, alunos e cidadãos interessados com a temática e que se apropriem destas experiências de pesquisa e extensão universitária enquanto metodologias de ensino, formação e do despertar de um olhar outro para as cidades.

Como Paulo Freire bem define, “acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. (...) Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será” (FREIRE, 1967, p.105, 206). Assim, pretende-se que a construção de espaços de diálogo e formação crítica relativo às cidades propicie ações críticas, que corroborem à formação cidadã.

## 5 AGRADECIMENTOS

O trabalho foi possível através de projetos do grupo de pesquisa Arquitect, através do projeto de pesquisa e extensão "Cartilha da Cidade" apoiado, inicialmente, pela FINEP HAB24TS (Habitação de Interesse Social / Tecnologia Social) MORAR.TS, e na sequência pelos: Programa Aprender com Cultura e Extensão da USP, Programa Unificado de Bolsas de Estudos para Estudantes de Graduação na vertente Cultura e Extensão (Edital PUB PRG USP), Edital Santander/USP/FUSP 2017, Edital USP Empreendedorismo Social 2018. Além disso, o trabalho foi possível através do apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência da qual as duas alunas de Mestrado são bolsistas.

## 6 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 3ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Tradução: Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> . Acesso em 13 de maio de 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MARICATO, Ermínia. Cidade é luta de classes! In: Alfabetização Urbana para combater as desigualdades. Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. 2016. Disponível em: <http://www.fna.org.br/2016/01/18/alfabetizacao-urbana-para-combater-a-desigualdade/> . Acesso em: 17 de maio de 2019.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.



**PROJETAR**  
GRUPO DE PESQUISA EM  
PROJETO DE ARQUITETURA  
E PERCEPÇÃO DO  
AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFRP



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PLANEJAMENTO URBANO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



UNIVERSIDADE  
POSITIVO